

PT tenta minimizar danos por PL em comissões

Criticado por não interferir, Lira diz que não seria o seu papel

Por Ana Paula Marques

Com nomes do PL na chefia de duas das principais Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados — a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que tem agora, como presidente Caroline de Toni (SC) e a Comissão da Educação agora chefiada por Nikolas Ferreira (MG) —, o governo busca formas de minimizar os prejuízos.

A base governista declara que, como Nikolas não tem nenhuma experiencia com educação, a estratégia é articular a “obstrução total” quando o deputado bolsonarista tentar votar o que a base chama de “pauta medieval”, as de cunho extremamente conservador.

A culpa caiu no colo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Apesar do critério de proporcionalidade partidária — os partidos com mais nomes têm preferência na escolha das chefias das comissões —, a base do governo entende que o Lira poderia ter articulado para colocar na presidência dos colegiados nomes “menos radicais”.

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR), criticou Lira por não interferir diretamente nos nomes escolhido. Após dias sem nenhuma declaração do presidente da Casa sobre o assunto, Lira quebrou o silêncio e se defendeu ao blog da jornalista Daniela Lima, do G1. “Nenhum presidente da Câmara tem direito ou atribuição de interferir na escolha dos líderes para as comissões. Eu não posso, assim como o Pacheco não pode” afirmou Lira. “Nem eu sou dono do plenário, nem presidente de comissão é dono da pauta de comissão. Toda comissão temática é importante. Mas elas não sequestram o Parlamento. Assim como o Parlamento não sequestra o governo”, defendeu o presidente.

Embate entre Tábata e Boulos alimenta paralelo com Ciro

A crítica da deputada Tábata Amaral (PSB-SP) de que seu adversário na disputa pela prefeitura de São Paulo, o deputado Guilherme Boulos (Psol-SP) fez “safadeza” ou “estatística criativa” numa publicação de rede social levou á comparação no eleitorado progressista de que a deputada vai agir não como uma Simone Tebet (atual ministra do Planejamento, do MDB), e sim como um Ciro Gomes (PDT).

Rivais do prefeito Ricardo Nunes (MDB) na eleição da capital paulista, Boulos e Tábata se aproximam pela atuação no campo da esquerda e compõem a base do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o que criou uma expectativa de pacto de não agressão e apoio mútuo no segundo turno.

Num pleito que espelha a última eleição presidencial, com a repetição da polarização nacional entre petistas e bolsonaristas, Tábata, ao buscar seu eleitorado na estrangulada terceira via e se opor á extrema-direita, desempenha o papel de Tebet, que se uniu a Lula no segundo turno.

Mas, por não poupar Boulos, Tábata tem sido chamada nas redes sociais por eleitores do PT e do Psol de “Ciro”, candidato que mirou em Lula em



Governo critica Lira por não ter interferido nas comissões

Acordo

Lira também alfinetou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “No ano de minha eleição para a presidência da Câmara foi feito um acordo para o rodízio de partidos nas principais comissões. Eu honro todos os acordos que faço. E tenho um compromisso com a estabilidade”. No início do ano legislativo, Lira fez um discurso duro, onde acusava o governo de não cumprir com seus acordos em matérias importantes.

Ainda em dezembro, o governo vetou R\$ 5,6 bilhões em emendas parlamentares de comissão e também editou uma Medida Provisória que dava fim à desoneração da folha de pagamento dos 17 setores da economia, texto que tinha sido aprovado no Congresso Nacional. Esses teriam sido os acordos “quebrados”.

Apesar das comissões terem a presidência do partido opositor ao governo, o PT, por sua vez, priorizou a liderança da Comissão de Saúde, que será comandada pelo parlamentar Dr. Francisco (PI), em uma estratégia de blindar a ministra da Saúde, Nísia Trindade, que chefia uma das principais pastas alvo

de críticas dos opositores ao governo. Além disso, a Comissão de Saúde coordena o maior volume de emendas ao orçamento, na ordem de R\$ 5 bilhões.

Preocupação

O governo também se vê preocupado com as articulações, principalmente, na Comissão de Educação. Nikolas é visto como um deputado de perfil combativo. É o que explica a analista política e consultora de Legislativo da BMJ Leticia Mendes.

“É um parlamentar que não observamos fazendo articulações nos bastidores, é um parlamentar que conversa com outros espectros políticos e essa é a grande preocupação do governo. Tendo em vista esse perfil, sendo muito diferente daquilo que esperamos de um presidente de uma comissão, que é alguém que converse com todos os lados e que saiba definir as pautas do colegiado a partir disso”, explica.

O governo deve enviar ao Congresso esse ano pautas importantes para sua política de educação, como a definição do Sistema Nacional de Educação, o Plano Nacional de Educação (PNE) para

os próximos 10 anos e ainda precisa finalizar as discussões em cima do texto do Novo Ensino Médio. Todas essas matérias passam pela Comissão da Educação.

Segundo a presidente da organização Todos Pela Educação, Priscila Cruz, Nikolas usará a comissão para reverberar suas ideologias. “O próprio deputado já declarou que encontra na Comissão de Educação uma oportunidade para poder fazer reverberar as suas ideias e ideologias absolutamente equivocadas do ponto de vista de melhoria da qualidade da educação. Não é o homeschooling — proposta que o deputado já garantiu que será discutida no colegiado — que melhorará a qualidade da educação”, declara.

A presidente da organização explica que, apesar de decrépitas, essas ideologias têm força eleitoreira, “o que é muito preocupante”.

“Brasil não poderia perder tempo numa comissão que é tão importante na arena de discussão de políticas públicas educacionais, com um deputado que claramente quer usar esse espaço para se promover eleitoralmente. Além de um retrocesso, também é falta de progresso”, critica Priscila Cruz.

para agradar essas bolhas que não representam a sociedade. O Twitter vai chiar, vai falar mal, e está tudo bem”.

Distorção

Na última terça-feira (5), depois que Boulos publicou um gráfico com uma combinação de cenários de uma pesquisa e a excluiu entre os adversários, Tábata gravou um vídeo insinuando que ele distorceu o levantamento para prejudicá-la.

Atendendo a ações movidas por Tábata e por Nunes, a Justiça Eleitoral determinou que Boulos retirasse o post do ar. Segundo o candidato do Psol, a intenção do gráfico era compará-lo somente aos adversários do campo bolsonarista e, por isso, Tábata foi excluída.

Questionado sobre o episódio, Boulos evitou criticar Tábata e disse que a considera “uma grande parlamentar da bancada de educação”.

“Não vou ficar entrando em bate-boca de internet, não me cabe isso. Eu tenho o maior respeito pela Tábata. Acho que a candidatura dela contribui para a qualificação do processo eleitoral. Ela faz parte de um campo político democrático e vai expressar isso no processo eleitoral”, afirmou. (Ana Luiza Albuquerque e Carolina Linhares/Folhapress)

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Queiroz: sem os dados não há como discutir mudanças

Deputado quer os números do governo sobre o Perse

Para o deputado Marcelo Queiroz (PP-RJ), qualquer discussão sobre mudanças no Perse, programa de incentivo ao setor de eventos, tem que ser precedida pela apresentação, pelo governo, do volume de isenções fiscais concedidas. Ele ressalta que o Ministério da Fazenda já falou em perda de arrecadação de R\$ 17 bilhões anuais, depois baixou para R\$ 12

bilhões. Estudo encomendado pelo setor calculou que o valor incentivado para eventos não passou de R\$ 6,4 bilhões. “Sem abrir esses números fica muito difícil discutir”, alega. O governo acena com um teto para isenções ou com um cronograma de diminuição anual de benefícios. Pela lei atual, o setor ficaria isento de impostos federais até 2027.

Caronas

Frisa ser preciso esclarecer o destino dos benefícios: muitas empresas pegaram carona no Perse e também conseguiram isenções. Como a coluna revelou, até aplicativos de transporte de passageiros e de entrega de comida conseguiram liminares para não pagar impostos.

Planejamento

Presidente da Apresentação, entidade do setor de eventos, Pedro Guimarães diz que, pessoalmente, não vê com bons olhos uma limitação aos incentivos. Lembra que mudanças afetaria o planejamento feito por empresas para eventos que ocorrerão nos próximos anos.

Reprodução/Facebook e Divulgação/Irdeb



Paulo Gustavo e Aldir Blanc foram vítimas da covid-19

Queiroz defende analisar em conjunto três leis de incentivo

Presidente, até a semana passada, da Comissão de Cultura da Câmara, Queiroz defende que os benefícios do Perse sejam avaliados em conjunto com as leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc, também criadas em decorrência da pandemia: têm o objetivo de apoiar atividades artísticas e culturais que foram interrompidas pela covid.

A Paulo Gustavo prevê a destinação de R\$ 3,86 bilhões até o fim deste ano; assinada em 2022 e mais focada nos pequenos produtores, a Aldir Blanc, prevista para durar até 2027, têm verba anual de R\$ 3 bilhões. Segundo Queiroz, é preciso ver se não há sobreposição de recursos federais em eventos semelhantes.

Plenário, enfim

Resolvido, depois de muita briga, o comando de boa parte das comissões permanentes da Câmara, é hora de o plenário voltar a examinar questões relevantes. A pauta será definida amanhã na reunião do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), com lideranças partidárias.

Pauta verde

Lira quer priorizar a votação de projetos que complementam “pauta verde”: um deles prioriza o uso do biodiesel como fonte de energia. O outro é o Paten, que prevê o uso, por empresas, de créditos que têm a receber do governo em projetos de transição energética.

Elas no trabalho

Ainda no rastro do Dia Internacional das Mulheres é importante registrar: estudo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico do Rio revela que, nos últimos três anos, mulheres cariocas entraram mais no mercado de trabalho do que homens.

Empreendedoras

Na cidade, das 428,200 mil pessoas que passaram a ter alguma ocupação, 59,5% são do sexo feminino. Com base em dados do IBGE, o levantamento aponta que elas representam 46,5% da população ocupada e 39% dos empreendedores formais na capital fluminense.